Ideologia e a era moderna – John B. Thompson

Mariana Gomes Vicente

Num primeiro momento do texto, Thompson trás a grande narrativa referente ao contexto de transformações culturais relacionadas ao desenvolvimento das sociedades modernas no qual as ideologias surgiram para substituir as crenças oriundas da religião ou magia e serviram para mobilizar ação política num mundo liberto destas tradições. Thompson não se foca em um autor específico nessa parte, mas tenta trazer um panorama sobre o papel dessa ideologia, sendo que ele considera enganador em alguns aspectos dessa narrativa.

Os três elementos do contexto de transformações culturais são: 1- O capitalismo industrial foi acompanhado pelo declínio das crenças e práticas religiosas e mágicas, pela secularização das crenças e práticas e pela progressiva racionalização da vida social; 2- Essa consciência religiosa foi substituída pela consciência prática e animada pelos sistemas seculares de crenças, como a mobilização de ações políticas e 3- Esses processos resultaram na “era das ideologias” que serviu de base para movimentos revolucionários radicais no fim do século XIX e no início do XX, sendo que, segundo alguns autores, tanto essa “era” quanto a ideologia em si estariam no fim devido às políticas atuais que desenvolvem reformas graduais e de acomodação pragmática de interesses conflitantes.

Desenvolvendo cada um desses pontos, o autor utiliza-se de escritos de Marx e Weber que possuem diferentes visões para o mesmo processo. Para Marx, as sociedades pré-capitalistas eram mais conservadoras em seu modo de produção, enquanto as sociedades capitalistas modernas estão em constante expansão e transformação de modo a desintegrar as tradições e formas culturais, inclusive as religiosas. Assim, forma-se a desmistificação das relações sociais que é um aspecto inerente do desenvolvimento do capitalismo, pois esse sistema expõe que as relações sociais são relações de exploração e, assim sendo, funcionam como condição essencial para a eliminação das relações de classe exploradoras. Por outro lado, para Weber, não foi o capitalismo que interferiu nas práticas religiosas, mas sim que essas eram precondições culturais para o surgimento do capitalismo e, inclusive, após o capitalismo industrial se estabelecer como forma predominante de atividade econômica, este adquiriu uma força tamanha que passou a dispensar essas ideias e práticas religiosas que culminaram em sua existência. Somado a isto, Weber diz que o desenvolvimento do capitalismo agregado ao nascimento do Estado racionalizou a ação humana e passou a exigir uma eficiência técnica ao ponto dos bens materiais adquirirem um poder crescente sobre a vida dos homens. Como conclusão deste processo, Weber chamou de “destino dos tempos modernos” esse desencantamento do mundo moderno, onde os valores tradicionais foram subjulgados pela racionalização e burocratização da vida social.

 Em relação à substituição da consciência religiosa pela consciência prática, a argumentação segue que, conforme ocorria o êxodo rural a fim de formar força de trabalho para a expansão das fábricas do capitalismo industrial, as tradições foram perdendo sua influência sobre a imaginação coletiva. Por exemplo, as relações de servidão entre senhores e escravos começaram a ser questionadas à medida que os indivíduos estavam entrando num novo conjunto de relações sociais baseadas na propriedade privada dos meios de produção e na troca de mercadorias e força de trabalho. Simultaneamente, o poder político se fixava através do Estado que se apresenta através da noção de soberania e de formalidades por meio de leis que se baseiam em valores, regras e direitos universais ao invés de valores religiosos ou místicos. Desta maneira, a secularização da vida social criou condições para o surgimento e difusão das ideologias, entendidas nesse contexto como sistemas seculares de crenças que tem uma função mobilizadora e legitimadora. Além disso, a difusão de doutrinas políticas foi realçada pela expansão da indústria do jornal e crescimento da alfabetização, pois os indivíduos começaram a ler sobre o mundo social e político e participar ativamente de discussões e debates sobre os problemas e questionamentos através de raciocínios e argumentos. E foi nessa esfera pública que o discurso das ideologias apareceu, constituindo sistemas organizados de crenças que ofereciam interpretações coerentes dos fenômenos sociais e políticos e que serviam para mobilizar movimentos sociais e justificar exercícios de poder.

Já no terceiro ponto levantado, diversos pensadores liberais e conservadores conceberam a tese do “fim da ideologia”. Essa tese se baseava na argumentação que houve um declínio das doutrinas políticas radicais ou revolucionárias, pois os problemas sociais os quais as sociedades estavam enfrentando no começo do século XX não podiam ser resolvidos com mudanças sociais radicais adotadas pelo marxismo e comunismo, por exemplo, tendo em vista que essas mudanças deram origem a problemas semelhantes aos das sociedades capitalistas e a novas formas de violência e repressão. Assim, concluíram que paixões revolucionárias estavam se dando lugar para uma perspectiva pragmática, gradual e onde a mudança social ocorreria por uma economia mista e de um Estado de bem-estar redistributivo. Esses teóricos destacavam a impossibilidade dessas paixões revolucionárias resurgirem em sociedades industriais desenvolvidas, mas que estas e suas ideologias continuarão florescendo em sociedades menos desenvolvidas.

O autor esclarece os diferentes sentidos da palavra “ideologia”, o qual os teóricos do fim da ideologia definem como doutrinas abrangentes, utópicas, totalizantes, que oferecem uma visão coerente do mundo sócio-histórico e que exigem alto grau de ligação emocional. Por isto, o marxismo representava muito essa visão de ideologia, pois predizia um futuro radicalmente diferente do presente que só aconteceria através da ação dedicada de indivíduos que acreditassem fervorosamente na causa. De acordo com esta visão, o fim da ideologia não seria o fim de debate e conflitos políticos, mas sim o fim da animação destes por visões utópicas que cegariam os envolvidos no processo de ação revolucionária.

Após desenvolver cada um dos pontos citados inicialmente, o autor manifesta suas críticas, contribuindo para uma reflexão mais ampla do tema. Em primeiro, a grande narrativa minimiza a midiação da cultura, ou seja, o papel fundamental que as instituições e processos de comunicação de massa tiveram nas sociedades modernas e na difusão da ideologia. Há o exemplo de Alvin Gouldner, outro autor citado no texto, para o qual as ideologias eram associadas como sistemas simbólicos isolados que se concretizam na escrita e que servem para informar projetos públicos de reconstrução social. Assim, o crescimento de meio eletrônicos de comunicação levaram a um declínio do papel da ideologia nas sociedades modernas, sendo que esta só ficaria confinada às universidades. Porém, esta visão é errônea, pois ela separa a análise das ideologias das formas de comunicação de massa, que são as mais importantes nos dias atuais.

A segunda limitação dessa visão é que as diversas conceituações de ideologia minimizam o elo entre ideologia e dominação, pois essa generalização conceitual nos obriga a ver ideologia como um fenômeno estritamente moderno e trás, além disso, uma visão enganadora ao dirigir nossa atenção para doutrinas políticas isoladas, sistemas políticos ou sistemas simbólicos e, consequentemente, distanciar nossa visão de como as formas simbólicas são usadas em diferentes contextos da vida cotidiana para estabelecer e sustentar relações de dominação.